

4ème Congrès TRANSFORMARE – Centre Franco Brésilien de Recherches en Innovation,  
Organisations et Durabilité

## **TRANÇANDO O FUTURO: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COLETIVO COM O ARTESANATO EM PALHA NA COMUNIDADE DE JACUNÃ (BAHIA, BRASIL)**

**Gianluigi Airoidi**

Especialista em Sociedade Inovação e Tecnologia Social pela Universidade Federal do Recôncavo da  
Bahia ([salvador@aibi.org.br](mailto:salvador@aibi.org.br))

**Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran Passos**

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia lotada no Centro de Ciências Agrárias,  
Ambientais e Biológicas – CCAAB ([osia@ufrb.edu.br](mailto:osia@ufrb.edu.br))

### **Resumo**

O presente trabalho discute a experiência da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, dentro do contexto dos empreendimentos de economia solidária, enfatizando as dimensões produção coletiva e inovação de produtos. O artesanato em palha nesta comunidade é oriundo do saber tradicional, que sempre foi importante para a geração de renda na comunidade. A partir dos dados obtidos através de observação direta e entrevista semi-estruturada, observou-se que a organização coletiva contribuiu para a diversificação da produção, a ampliação dos canais e do volume de vendas e o aumento da renda das artesãs. Além disso, o trabalho coletivo e o processo de inovação dos produtos fortalecem os laços comunitários e a busca por alternativas coletivas no enfrentamento à pobreza e na promoção do desenvolvimento local. O texto busca relacionar, na análise da experiência, os conceitos de Economia Solidária e Tecnologia Social.

**Palavras-chave:** empreendimentos de economia solidária; tecnologia social; inovação.

### **1 Introdução e escolhas metodológicas**

A arte de trabalhar a palha de ariri na comunidade de Jacunã (Bahia, Brasil) é uma manifestação do saber popular tradicional. Trata-se de uma atividade econômica complementar à renda familiar, que fortalece os laços comunitários. Em busca da valorização de seus produtos, as artesãs se organizaram para produzir coletivamente e buscar meios para diversificar e melhorar a produção no intuito de conseguir novos canais de comercialização, criando, em 2008, a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã.

Para analisar essa experiência, o trabalho buscar articular os conceitos de Tecnologia Social e Economia Solidária. Essa é uma discussão ainda em construção e há pouca literatura a respeito, o que constituiu, ao mesmo tempo, um desafio e uma contribuição deste trabalho.

Para a realização do estudo, visitou-se literatura sobre a organização de empreendimentos de economia solidária no Brasil, buscando caracterizar a Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã como empreendimento econômico solidário. A revisão da literatura incluiu os conceitos de desenvolvimento local, tecnologia social e inovação, sendo conduzida pelas reflexões durante a fase exploratória da pesquisa. Assim, a condução do estudo foi apontando a necessidade de trazer à luz conceitos e abordagens teóricas.

O estudo empírico foi realizado através de observação direta do trabalho do grupo e da comunidade e entrevistas semi-estruturadas com artesãos entre maio e junho de 2012. Os dados foram organizados e analisados a partir de um quadro analítico, que tem como conceitos centrais a produção coletiva e a inovação, a primeira com as dimensões da produção, da comercialização e da divisão das despesas e dos lucros e a segunda com as dimensões da inovação na produção, na comercialização e a relação entre inovação e saber tradicional.

## **2. Contextualização da experiência no campo teórico-analítico**

Para discutir os principais aspectos envolvidos na organização do trabalho coletivo e na inovação de produtos, a análise da experiência relaciona Economia Solidária e Tecnologia Social; esses conceitos são pensados como alternativos ou mesmo contra-hegemônicos – economia solidária *versus* economia capitalista; empresa solidária *versus* empresa capitalista; tecnologia social *versus* tecnologia convencional. Contudo, é preciso superar a dicotomia e também a construção conceitual via negação (que afirma, por exemplo, que economia solidária é, simplesmente, aquela que não é capitalista). Para o estudo realizado, percebe-se que os conceitos hegemônicos de economia, empreendimento econômico e tecnologia não “dão conta” da realidade analisada, por isso, faz-se necessário ampliar a compreensão acerca desses conceitos.

Buscando compreender o fenômeno de expansão de experiências de economia solidária, diversos pesquisadores e intelectuais têm sistematizado, analisado e problematizado experiências, contribuindo para a construção de um marco teórico-analítico sobre economia solidária. Destacam-se no Brasil os trabalhos de Paul Singer, Euclides Mance, Marcos Arruda,

Lia Tiriba, Luiz Inácio Gaiger, Genauto França Filho, Gabriel Kraychete, além de instituições de apoio e fomento que têm produzido e publicado documentos importantes sobre a temática.

Enquanto objetivo de estudo, a economia solidária vem sendo discutida em diferentes perspectivas de análise. Alguns autores pensam a economia solidária como via alternativa de geração de renda e ocupação dos setores excluídos pelo capitalismo, embora incapaz de romper e superar este modelo; outros a vêem como um instrumento político de enfrentamento à lógica capitalista, que possibilita a construção de novas formas de sociedade, alternativas à dominante, resgatando, assim, os ideais dos projetos cooperativistas do século XIX. Mesmo que ainda em construção ideológica, a economia solidária tem crescido no Brasil como um campo plural e diverso, o que pode ser percebido em função da natureza e da quantidade de atores, organizações e empreendimentos em todo o país.

O Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, publicado em 2006 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE como resultado do primeiro mapeamento da economia solidária, apontava 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, onde estão associados mais de 1,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Em 2009, a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG organizou um panorama geral das informações colhidas no mapeamento entre os anos de 2005 e 2007. Foram identificados 21.859 EES, gerando trabalho e renda diretamente para mais de 1,6 milhões de pessoas.

Para a realização do levantamento de dados que compõem o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, a economia solidária é

[...] compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. (Atlas..., 2006, p. 11).

Tal conceito foi formulado a partir de discussões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que apresenta os empreendimentos solidários como organizações coletivas suprafamiliares, que realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo solidário, como, por exemplo, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos etc.; atuam no meio urbano e/ou rural, exercendo coletivamente a gestão das atividades e a repartição dos resultados. São organizações permanentes, podendo ser em funcionamento ou em fase de

implementação e que possuem um grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas, podendo ter ou não um registro legal.

Conforme o mapeamento de economia solidária realizado pela SENAES em parceria com o FBES, a maior parte dos grupos se constituiu em torno da busca de uma alternativa ao desemprego ou de uma fonte complementar de renda, o que também observamos no caso analisado. Outra característica apontada no mapeamento, que também condiz com a realidade da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã, é que os empreendimentos de economia solidária contam, na maioria dos casos, somente com recursos dos próprios empreendedores, o que se constitui um fator limitador ao surgimento e desenvolvimento de empreendimentos.

Kraychete (2000) caracteriza os empreendimentos econômicos solidários pela propriedade comum de instalações, máquinas, equipamentos e dos resultados do trabalho. Cumpre lembrar que as relações entre trabalhadores de uma empresa capitalista são diferentes daquelas entre os participantes de empreendimentos de economia solidária. A primeira caracteriza-se pela heterogestão, ou seja, uma gestão hierárquica, e estes últimos, pela prática da autogestão, da gestão democrática onde, para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos participantes do grupo assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. (KRAYCHETE, 2000; SINGER, 2002). Para Singer (2002), a principal diferença entre economia capitalista e solidária é a forma de gestão de seus empreendimentos. Coraggio (2002) lembra que a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar o que, certamente, deve impactar na forma de gestão desses empreendimentos.

França Filho (2001) traça o que seriam as características básicas desse tipo de organização: a) Pluralidade de princípios econômicos – articulação de distintas fontes de recursos (mercantis, através da venda ou prestação de serviços; do poder público, através das várias formas de subsídios e subvenções; e, os oriundos das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca-dádiva); b) Autonomia institucional – independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo; c) Democratização dos processos decisórios – existência de mecanismos de decisão coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados; d) Sociabilidade comunitário-pública – segundo o autor, se apresenta muito mais como uma hipótese de que esses empreendimentos desenvolvem um modo de sociabilidade singular que mistura padrões

comunitários com práticas profissionais; e) Finalidade multidimensional – ao lado da dimensão econômica, tende a integrar as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política, no sentido de projetar-se num espaço público.

A Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã busca promover a cooperação entre as mulheres da comunidade para viabilizar a atividade de produção e comercialização de produtos artesanais fabricados a partir da palha, inserindo-se nas iniciativas de Economia Solidária, enquanto valoriza o trabalho associado, a cooperação e a autogestão. Iniciativas como esta, afirmam Silva e Faria (2010), “[...] visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo.” (p. 65).

Os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos (inclusive pela Associação, conforme relato das artesãs), são: acesso ao crédito e ao fomento, apoio técnico e comercialização. Entre as demandas dos grupos de economia solidária também está “[...] acesso a conhecimentos e tecnologias para o fortalecimento e viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, nas suas várias formas e expressões, considerando seus valores e princípios autogestionários, de sustentabilidade e de solidariedade.” (SILVA; FARIA, 2000, p. 66).

Quanto a este último desafio, cabe retomar a discussão na Iª Conferência Nacional de Economia Solidária (Iª Conaes), em 2006, quando a plenária reconheceu a necessidade de uma matriz científica e tecnológica comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário, isto é, que seja capaz de repensar “o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões”. Entende-se, portanto, que é essencial o desenvolvimento de tecnologias sociais “[...] na busca da superação dos limites do atual modelo de desenvolvimento, proporcionando a expansão das capacidades criativas e criadoras necessárias à solução de problemas ou satisfação de necessidades [...]” (SILVA; FARIA, 2010, p. 68) e ainda que

Os EES, considerando suas características específicas, demandam conhecimentos e tecnologias adequadas a práticas de produção cooperada, de autogestão nos processos de trabalho e a outras finalidades orientadas pela eficiência social da atividade econômica e pela solidariedade na partilha dos resultados, incluindo a valorização dos saberes e da cultura local (SILVA; FARIA, 2010; p. 68).

A reorganização socioeconômica muda a forma de produção do conhecimento; a produção/distribuição do conhecimento e a redução das desigualdades sociais são aspectos igualmente necessários e indispensáveis (MACIEL, 2001). De acordo com Rutkowski e Lianza (2004),

Deve-se caminhar para compreender a inovação tecnológica como um conceito ligado à renovação dos valores da vida, como aprendizagem dos cidadãos e dos atores sociais que vise a um desenvolvimento humano em equilíbrio com a natureza. (p. 180).

É nesse sentido que pode ser pensando o processo de inovação na Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã.

Experiências mostram que a tecnologia pode servir para atender as necessidades da população, pode ser direcionada para um modelo de desenvolvimento que vislumbre oferecer, de forma sustentável, qualidade de vida para a coletividade (RUTKOWSKI, 2005). Este autor coloca que, para definir este tipo de tecnologia, que coloca, em primeiro lugar, as dimensões humanas e sociais, criou-se o termo Tecnologia Social (TS).

A TS é, segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS), um “[...] conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (p. 130). A Rede de Tecnologia Social – RTS inclui nessa definição, além de técnicas e metodologias, produtos.

Quem oferece uma abordagem interessante a respeito do conceito de tecnologia social é Dagnino (2009), o qual afirma que

Tecnologia social (TS) é o **resultado da ação** de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela **propriedade coletiva** dos meios de produção, pelo **controle autogestionário** e pela **cooperação voluntária e participativa**, permitindo a redução do tempo necessário ao fabrico dos produtos e a repartição concertada dos resultados (p. 315, grifo nosso).

Para Dagnino (2009), o objetivo principal da tecnologia social é possibilitar o desenvolvimento de tecnologias alternativas à tecnologia convencional, produzida pela e para a empresa privada. A tecnologia convencional é, portanto aquela que serve aos objetivos da economia capitalista, enquanto a tecnologia social é funcional a “outra economia”.

Dagnino (2009) ilustra as particularidades que a TS deveria ter para tornar-se funcional à “outra economia”. Partindo do ambiente produtivo, o primeiro e mais importante elemento é o **controle**, ou seja, a habilidade relativa ao uso de um conhecimento intangível ou incorporado a artefatos tecnológicos. O controle constitui um traço inerente a qualquer processo de trabalho. O segundo, também pertencente ao ambiente produtivo, é o de **cooperação**, que consiste no ato de agir em conjunto com outro(s) visando a um benefício percebido como mútuo.

O terceiro, relativo ao contrato social, é o de **coerção**, ou seja, o ato de compelir alguém a uma ação ou escolha diretamente ou por meio de mecanismos ideológicos. O quarto, pertencente a esse contexto, corresponde à **forma de propriedade dos meios de produção** ou do trabalho morto que, nos processos de trabalho grupais, pode ser coletiva ou privada, resultando, neste caso, na venda de força de trabalho ou trabalho vivo.

Tecnologia é o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho por ele controlado (DAGNINO, 2009). Na TS o controle é um atributo inerente a qualquer forma de produzir e, portanto não é suficiente, para se ter empreendimentos econômicos solidários, a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Segundo o autor, o tipo de controle das relações sociais fundamentadas na propriedade privada fica impregnado na forma de produzir tecnologia capitalista e funciona com um obstáculo à mudança social.

Para Dagnino (2004) e Rutkowski, (2005), a TS é mais adequada à realidade dos empreendimentos de economia solidaria, uma vez que não coloca o lucro em primeiro lugar, mas considera as dimensões humanas, sociais, ambientais, culturais. Ela é orientada para a geração de trabalho e renda; é desenvolvida para e com aqueles que a irão utilizar, o que faz com que as soluções tecnológicas encontradas sejam adequadas as suas necessidades e realidades; é replicável, de baixo custo e utiliza o conhecimento local.

É interessante observar que Rutkowski e Lianza (2004) sugerem que os saberes das pessoas envolvidas nos empreendimentos econômicos solidários podem ser considerados TS: “Como formas alternativas de produção, tais empreendimentos trazem formas alternativas de conhecimento, baseadas, muitas vezes, em visões diferenciadas do mundo, que devem ser respeitadas e até reconhecidas como inovações.” (p. 183)

### 3. Contextualização socioeconômica e caracterização geral do caso

A Associação de Artesões de Palha de Jacunã está localizada no município de Jaguarari, no Território do Piemonte Norte do Itapicuru (TPNI). Localizado no centro norte da Bahia, o TPNI é composto por nove municípios com uma população total de 260.744 habitantes, dos quais 45,12% moram na área rural, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No território se encontram diversas comunidades quilombolas, das quais 57 são reconhecidas pela Fundação Palmares. Menos da metade dos domicílios têm abastecimento de água e somente 35,7% possui esgotamento sanitário. Quanto à renda familiar, a maior parte das famílias (63,8%) ganha até 1 salário mínimo e a taxa de analfabetismo é de 28,3%, segundo dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Jaguarari, cidade de 30.343 habitantes (IBGE, 2010), situa-se na região da caatinga, distante 409 km da capital Salvador. Os primeiros habitantes da região foram índios Pataxós, de quem se origina o artesanato local. Inserida no chamado “Polígono das Secas”, tem clima semiárido, com longos períodos de estiagem. A economia é baseada principalmente no setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo). Sobretudo por conta da mineração e em decorrência de uma população relativamente pequena, o PIB *per capita* do município é o maior do Território, contudo, o índice de pobreza é elevado, indicando a concentração de riqueza e desigualdade.

O povoado de Jacunã está localizado a 14 km da área urbana de Jaguarari. O povoado tem aproximadamente 400 famílias, com uma média de cinco filhos cada. A comunidade enfrenta dificuldades sociais, econômicas e educacionais; a maioria dos idosos são analfabetos ou semi-analfabetos e entre os jovens há ainda um forte êxodo rural, em direção aos grandes centros. O povoado tem eletricidade, rede de esgoto e sistema de abastecimento de água, implantado em 2002 como resultado da atuação da associação de moradores em parceria com o governo estadual e organizações internacionais.

A principal atividade econômica consiste na criação de pequenos rebanhos de animais, agricultura de subsistência e artesanato em palha, uma das principais fontes de renda, correspondendo a cerca de 35 a 40% da renda. São os empregos municipais, os programas de distribuição de renda do Governo Federal (70% das famílias recebem o Bolsa Família,



segundo dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jaguarari) e as aposentadorias, que garantem a sobrevivência das famílias.

Historicamente, o trabalho com o artesanato em palha é desenvolvido desde o surgimento do povoado, em função da abundância da matéria-prima (ariri) e do saber tradicional dos primeiros moradores. Inicialmente eram produzidos objetos para utilização no dia-a-dia das famílias e, posteriormente, passaram a ser vendidos chapéus, vassouras e esteiras. A transmissão da técnica se dá de geração em geração, principalmente entre as mulheres. Atualmente a matéria-prima só encontra-se disponível em terrenos localizados a 40 km da comunidade e é necessário alugar um caminhão para realizar a coleta. A palha passa por diversas transformações até que fique em condições de manuseio - lasca, secagem ao sol e raspagem – e, posteriormente, é armazenada nas residências das artesãs.

A produção é complementar manual, utilizando-se apenas pequenas ferramentas (agulhas e fôrmas de madeira) para costurar as tranças de palha e produzir chapéus. As fôrmas (moldes) e as linhas de caroá e/ou sisal são adquiridas na própria comunidade e os demais itens (como tinta, facas, agulhas, tecidos, zíper, botões, velcro) são comprados no comércio local.

A Associação surgiu no ano de 2008, após um curso promovido pela Secretaria de Assistência Social do Município, que apresentou experiências coletivas de produção de artesanato em palha. O curso teve como objetivo ensinar técnicas de produção para confecção de novos produtos e melhoria da qualidade da produção. Do grupo inicial de vinte e cinco mulheres, participam atualmente quinze mulheres entre 30 e 60 anos, a maioria delas casadas, mães e com baixo nível de instrução escolar. Dentre as parcerias do grupo, estão a Prefeitura Municipal de Jaguarari, o Centro Cultural Assistencial da Paróquia de Jaguarari – CECASP e o Grupo Regional de Economia Solidária de Senhor do Bonfim – GREPS.

O grupo atualmente tem produzido peças diversificadas e estima-se uma renda anual de R\$ 16.500,00 com uma produção mensal de: 750 chapéus rústicos, 60 chapéus decorados, 45 esteiras, 45 bolsas e 150 miniaturas (chaveiros e lembranças).

#### **4 Produção coletiva e inovação em Jacunã**

Quanto à produção coletiva na Associação de Artesões de Palha de Jacunã, percebe-se que o trabalho coletivo de produção de artesanato em palha se insere numa via sustentável-solidária

(FRANÇA FILHO, 2008), a qual, no enfrentamento da pobreza e na promoção do desenvolvimento local, aposta em soluções baseadas em iniciativas empreendedoras coletivas.

O trabalho coletivo na Associação é organizado; todos podem desenvolver todas as atividades e têm acesso à informação. Todas as artesãs participam da produção, desde a retirada e transformação da matéria-prima até a confecção dos produtos. Existem, porém algumas tarefas que são divididas com base nas habilidades específicas de cada artesã, como a preparação de determinados tipos de trança.

O grupo busca construir as decisões de forma democrática, levando à assembleia todas as decisões, conforme o estatuto da Associação. Contudo, algumas artesãs se mostram mais interessadas em produzir do que em participar de encontros de formação, planejamento ou reuniões e, por vezes, evitam os processos de tomada de decisão. Esses são desafios enfrentados no processo da autogestão, uma característica importante de um empreendimento solidário, e sua prática “[...] exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.” (SINGER, 2002, p. 19).

Assim, a prática da autogestão é um desafio, como em outros empreendimentos econômicos solidários. Nunes (2006) lembra que, além de participar do processo de discussão, cada trabalhador deve colocar em prática as decisões tomadas para solucionar os problemas discutidos, o que caracteriza, de fato, a construção democrática do empreendimento.

No que diz respeito à inovação de produtos, convém comentar brevemente quatro produtos confeccionados pela Associação tendo em vista que, de acordo com De Paula (2010), a inovação do produto é a modalidade de inovação mais evidente. As peças chapéu, bolsa e esteira sempre foram produzidas na comunidade e sua confecção faz parte do saber tradicional. A forma de produzir estas peças passou por algumas inovações, surgindo até novas peças a partir destas.

O chapéu rústico, uma das primeiras peças produzidas na comunidade, é a peça com maior número de produção e vendas. Criada pelos primeiros moradores do povoado para proteger os trabalhadores rurais do sol, ele passou a ser produzido com cores e detalhes (como laços e flores) e com novo design da aba, deixando-a com aspecto parecido com ondas, dando mais leveza e beleza ao chapéu. Surgiu, assim, o chapéu Maria Bonita, visando ampliar o uso, antes

restrito à zona rural, e conquistar o mercado feminino, sobretudo do litoral. A ideia foi apresentada ao grupo por uma artesã que frequentemente participa de feiras em outras localidades. A partir daí, todas as mulheres contribuem com ideias para diversificar o produto, buscando na cultura local e no seu dia-a-dia referências para estilizar o chapéu.

A esteira também é uma artesanato tradicional, encontrado em todas as casas da comunidade. Antes era produzida somente a esteira redonda, utilizada para sentar-se, fazer as refeições ou até para se deitar, em ausência de camas. Acostumado a dormir na esteira, o marido de uma das artesãs, produziu um tapete mais macio, utilizando tranças sobrepostas para torná-la mais confortável. A peça agradou os clientes e as mulheres aprenderam a produção desta peça.

Além desta, observou-se também mudanças na confecção da bolsa. A peça tradicional, chamada de “bocapiu”, é feita com trança simples e usada para fazer compras no mercado popular. A peça passou a ser confeccionada com um trançado especial, parecido com uma renda. Isso valorizou a peça, que passou a ser comercializada por um preço maior. A ideia surgiu na interação com outros grupos e produtos em feiras.

Além destes produtos que fazem parte da tradição da comunidade, iniciou-se a produção de outras peças, como o chapéu em miniatura, utilizado para decoração no período das festas juninas, inicialmente produzido a partir de uma encomenda.

Percebe-se, portanto, que inovações na concepção de novos produtos passaram por diferentes processos: da interação com outros grupos, da tentativa de conquistar novos mercados, da interação com os clientes e da necessidade dos próprios moradores da comunidade em aprimorar as peças.

Conforme relatado em outra seção deste trabalho, o termo inovação utilizado aqui não deve remeter a “alta tecnologia” ou “tecnologia de ponta”. O conceito de inovação que mais é adequado para os pequenos empreendimentos é relacionado às tecnologias sociais, que De Paula (2010) define como “[...] soluções de baixo custo, de fácil reaplicação, desenvolvidas em interação com as comunidades locais, adaptadas às diversas realidades territoriais e capazes de gerar inclusão social” (p. 54).

## **5. Considerações Finais**

A análise do caso aponta elementos interessantes para refletir sobre os conceitos de Economia Solidária e Tecnologia Social. A partir das características de organização do trabalho coletivo e de tomada de decisão, pode-se afirmar que a Associação se insere no contexto dos empreendimentos de economia solidária que estão se desenvolvendo e consolidando no Brasil, como alternativa de geração de renda, inclusão social e organização das relações econômico-sociais. A organização coletiva para confecção do artesanato em palha em Jacunã favoreceu a melhoria da qualidade do produto e a diversificando da produção. O grupo conseguiu, deste modo, alcançar novos mercados, aumentando a comercialização dos produtos e a renda das mulheres envolvidas. Contudo, cumpre observar que trata-se de uma atividade complementar, ou seja, que não se constitui como principal fonte de renda familiar. Além disso, a própria produção de artesanato apresenta limites enquanto atividade econômica, o que leva a refletir sobre a relevância dessa atividade para as artesãs e suas famílias.

A análise do caso aponta que a organização coletiva da produção fortalece os laços comunitários, o que favorece uma dinâmica local de re-organização socioeconômica e política do território. Percebe-se que a criação de alternativas à geração de renda nesta comunidade, ainda que seja complementar, contribui para a dinamização do desenvolvimento local.

Cumpre destacar ainda que o processo de produção envolve todos os membros da família. Embora seja um trabalho exercido principalmente pelas mulheres, alguns homens retiram a matéria-prima e as crianças ajudam no manejo ou na confecção dos produtos. Dessa maneira, o saber tradicional é valorizado e transmitido, possibilitando que jovens vejam nesse saber uma via alternativa ao êxodo rural.

Apesar os limites da produção do artesanato como atividade econômica, sua produção já faz parte do cotidiano dessas famílias, sendo, portanto, culturalmente sustentável. Este é um aspecto por vezes ignorado no desenvolvimento de projetos de criação de renda em comunidades tradicionais.

Quanto ao processo de inovação, foi possível perceber que um produto funcional confeccionado manualmente foi transformado em artesanato, acompanhando, na sua customização, demandas dos consumidores. Essa forma de inovação fortalece o saber, contribuindo, ao mesmo tempo, para sua preservação e renovação.

De acordo com Dagnino (2009), experiências dessa natureza, ao promoverem - por meio de suas características baseadas na participação, solidariedade e na busca pela autogestão - questionamentos à forma de produzir, além de demandarem novas tecnologias, são motor crucial da tecnologia social, podendo atuar como um parceiro na produção material e na geração de tal tecnologia. Como observado por De Paula (2010),

Dar visibilidade a experiências deste tipo, evidenciar a importância da inovação em seus diversos aspectos, inclusive a inovação nas formas de organização dos pequenos empreendedores, valorizando o cooperativismo e a gestão participativa, é outra forma de pensar o papel da ciência e da tecnologia para a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios. (p. 57).

Nesse sentido, o texto aponta diversos elementos para pensar a relação entre Economia Solidária e Tecnologia Social, bem como que modelo de desenvolvimento apontam. Algumas questões observadas na experiência da Associação dos Artesãos de Palha de Jacunã não foram discutidas nesse texto e há ainda outras questões de pesquisa para aprofundar em trabalhos futuros, como uma análise de gênero e da percepção sobre a melhoria da qualidade de vida da população da comunidade.

## **Referências**

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. 64 p.

BITENCOURT, R. B.; LIMA, T. M. O. *Diagnóstico da realidade cultural e da gestão de políticas públicas de cultura do município de Jaguarari, Território Piemonte Norte do Itapicuru – Bahia*, Salvador, 2010.

CORAGGIO, J. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 133-141.

DAGNINO, R. Tecnologia Social. In: HESPANHA, P. *et al. Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: CES, 2009, p. 315-321.

DAGNINO, R. P. (Org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 187-209.

DE PAULA, J. O desafio da inovação para as micro e pequenas empresas. In: *Tecnologia social e desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília/DF: Secretaria Executiva da RTS, 2010, p. 53-57.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE J. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *O&S*, Salvador, v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.

GAIGER, L. Questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 191-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291770>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 117-133.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)

NUNES, Débora. *Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades*. Salvador: UNESCO / Quarteto, 2002.

OLIVEIRA, B. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. 2006, 175f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARÓQUIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE JAGUARARI. *A história na mão*: tentativa de retrato de Jaguarari. Livreto editado pela Paróquia São João Batista de Jaguarari, em comemoração aos seus 50 anos, 1988.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho*, IPEA, p. 23-34, ago. 2004.

QUIVY, Raymond; CHAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34-58.

RUTKOWSKI, J. E.; Rede de Tecnologias Sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S.; ADDOR, F (Org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2005.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 167-186.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SILVA, R. M. A. da; FARIA, M. S. de. Tecnologias sociais e economia solidária. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social e desenvolvimento sustentável: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília/DF: Secretaria Executiva da RTS, 2010, p. 65-70.

SINGER, P. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.